

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Pensar Geografias de Mulheres Negras em Espaços de Branquitude: a Universidade em Foco¹

*Pensar las Geografías de las Mujeres Negras en
Espacios de Blanquitud: la
Universidad en el Punto de Mira*

*Thinking about the Geographies of Black Women in
Spaces of Whiteness: The University in Focus*

Priscila Batista Vasconcelos

Universidade Federal de Pernambuco – Brasil
priscila.vasconcelos@ufpe.br

Susana Dainara Terto de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco – Brasil
susana.terto@ufpe.br

Como citar este artigo:

VASCONCELOS, Priscila Batista; OLIVEIRA, Susana Dainara Terto de. Pensar Geografias de Mulheres Negras em Espaços de Branquitude: a Universidade em Foco. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 127-147, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Pensar Geografias de Mulheres Negras em Espaços de Branquitude: a Universidade em Foco

Pensar las Geografías de las Mujeres Negras en Espacios de Blanquitud: la Universidad en el Punto de Mira

Thinking about the Geographies of Black Women in Spaces of Whiteness: The University in Focus

Resumo

A presença de mulheres negras nas universidades conforma um cenário promissor rumo à mudança da geografia corporificada dos espaços de ensino e produção de conhecimento acadêmico. Assim, este artigo objetiva apresentar reflexões sobre a geografia de mulheres negras em espaços de branquitude, a partir da universidade. Metodologicamente, o artigo está amparado em uma abordagem “desde dentro”, por meio de uma escrita confluyente com experiências próprias e com intelectuais negras/negros, em coadjuvâncias com intelectuais brancas. De natureza qualitativa e analítica, o artigo conta com uma articulação bibliográfica de autores que estão inseridos neste campo de estudo, a exemplo dos escritos de Cida Bento, bell hooks, Katherine Mckittrick, Charles Mills, entre outros.

Palavras-Chave: Geografia de mulheres negras; Espaços de branquitude; Universidade.

Resumen

La presencia de mujeres negras en las universidades constituye un escenario prometedor para cambiar la geografía encarnada de los espacios de enseñanza y la producción de conocimiento académico. Este artículo pretende presentar reflexiones sobre la geografía de las mujeres negras en los espacios de blanquitud, a partir de la universidad. Metodológicamente, el artículo se basa en un enfoque "desde dentro", por medio de una escritura confluyente con mis propias experiencias y con intelectuales negras, en coadyuvancia con intelectuales blancas. De naturaleza cualitativa y analítica, el artículo se apoya en una articulación bibliográfica de autores que forman parte de este campo de estudio, como los escritos de Cida Bento, bell hooks, Katherine Mckittrick, Charles Mills, entre otros.

Palabras-Clave: Geografía de las mujeres negras; Espacios de blanquitud, Universidad.

Abstract

The presence of black women in universities creates a promising scenario for changing the embodied geography of teaching spaces and the production of academic knowledge. Thus, this article aims to present reflections on the geography of black women in spaces of whiteness, starting at university. Methodologically, the article is based on a "from the inside" approach, based on writing that is confluent with our own experiences and with black intellectuals alongside white intellectuals. This is a qualitative and analytical article, which relies on a bibliographic articulation of authors who are inserted in this field of study, such as the writings of Cida Bento, bell hooks, Katherine Mckittrick, Charles Mills, among others.

Keywords: Geography of black women; Spaces of whiteness, University.

Priscila Batista Vasconcelos, Susana Dainara Terto de Oliveira



“É Urgente Fazer Falar o Silêncio”: Notas introdutórias

Certa vez, ao final de uma aula na universidade (em 2023), um estudante me procurou bem apreensivo pedindo 10 minutos de minha escuta para narrar um acontecido. Quando eu abri a escuta, ele me contou que estava em uma sala, no prédio de artes e comunicação, e ouviu a conversa de um grupo que estava reunido na sala ao lado, onde um homem proferiu a seguinte fala: “no meu PIBIC não terá pessoas pretas, porque só a pele branca tem o ar de limpeza” e, logo em seguida, outro homem falou: “independente de qualquer coisa do currículo lattes, se tiver de bermuda e de chinela será desclassificado porque isso é uma vestimenta vulgar”. Com lágrimas nos olhos, o estudante então me perguntou se ele tinha nascido com a cor errada. Eu me percebi segurando a respiração e engolindo a seco, tirei forças de dentro da irmandade e o acolhi. Acolhi-me também, rasga na carne, né? Fui para casa arrasada e passei semanas decantando a conversa, ciente de que outras histórias viriam e vieram. É ser professora negra em espaços de branquitude.

O que seriam então espaços de branquitude²? Aqui, estamos considerando-os como espaços constituídos, regidos e controlados pela/por manutenção dos privilégios branco, a partir de mecanismos espaciais estéticos, normativos e performativos, onde emerge uma paisagem corporificada branca. Embora, em algumas situações, possa haver um espaço de branquitude disfarçado com elementos de negritude, neste caso, o mando é centrado na branquitude. A paisagem corporificada do mando denuncia o fato.

Na geografia branca do ensino superior, o fenômeno da presença de mulheres negras cada vez se torna visível e importante (virada estética). Embora as mulheres negras tenham historicamente enfrentado várias formas de discriminação e exclusão (repetição de performances racistas), a sua representação neste nível de ensino aumentou nos últimos anos (performances confluentes). Essa mudança se deve a diversos fatores, incluindo medidas ativas como cotas raciais e sociais implementadas em muitas universidades brasileiras (viradas normativas), que visam reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior e proporcionar oportunidades a estudantes de grupos tradicionalmente marginalizados, como as mulheres negras.

Em termos legais, esse movimento foi impulsionado pela Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas³, que chega ao Brasil por meio de políticas de ações afirmativas, por volta dos anos 2000. De acordo com estudo realizado

1 Uma homenagem às professoras Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz, Dra. Dayse Cabral de Moura e Dra. Geny Ferreira Guimarães, que nos inspiraram em suas análises e seguem em suas geografias negras contrariando o *status quo* de espaços de branquitude.

2 Sobre o conceito “espaço de branquitude”, no Brasil, encontramos o artigo da antropóloga Maia, S. M. Espaços de branquitude: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia. Século XXI – Revista De Ciências Sociais, v. 9, n. 1, p. 253–282, 2019, no qual a autora traz as seguintes considerações acerca do termo: “Argumento que bairros como o do Loteamento Aquarius, marcados por uma segregação espacial de moradores em espaços semfortificados e condomínios fechados, constituem-se no que denomino aqui de “espaços de branquitude”. Nesses espaços, uma série de representações, práticas, habitus e redes sociais operam conjuntamente na reprodução de classe de seus moradores, assegurando-lhes os privilégios historicamente garantidos por sua inclusão em uma branquitude comum” (Maia, 2019, p 8).

pela pesquisadora Tatiana Silva (2020) sobre a população negra e as ações afirmativas na educação superior, constatou-se que existe uma tendência de mudança no perfil de ingressantes na educação superior, com a participação maior de mulheres negras. Dos ingressantes do ano de 2017, segundo o estudo, “29,3% foram mulheres negras, seguidas de 28% de mulheres brancas e 22,4% e 19,6% de homens brancos e negros, respectivamente” (Silva, 2020, p. 1). Muito embora exista a referida lei, e ela represente um significativo avanço para a população negra no ensino superior, ainda existe um longo caminho pela frente para se alcançar de fato a igualdade racial no ensino superior brasileiro, considerando que essas políticas reparatórias foram executadas de maneira tardia.

Apesar dos recentes avanços, as mulheres negras ainda enfrentam diversos desafios para ingressar e permanecer em instituições de ensino superior. Esses desafios incluem barreiras socioeconômicas, discriminação racial, falta de representação curricular e docente, epistemicídio e um ambiente acadêmico hostil, capaz de gerar ansiedade e estresse, pois estamos tratando de espaços de integração racial (hooks, 2023).

Ciente dessa presente e histórica hostilidade racista, em texto sobre sua experiência em pós-graduações nas universidades norte-americanas, bell hooks (2019) destaca a importância de se escrever sobre mulheres negras na academia, principalmente para fortalecimento dessas mulheres na caminhada em espaços de branquitude. Em suas palavras:

quando falo com pós-graduandas negras que trabalham em departamentos de inglês, ouço que muitos dos problemas não mudaram, que elas experimentam o mesmo intenso isolamento e a mesma solidão que caracterizam minha experiência. É por isso que penso ser importante mulheres negras no ensino superior escreverem e falarem sobre nossas experiências, sobre estratégias de sobrevivência... ler essas histórias me ajudou a me sentir menos sozinha... Eu escrevi este ensaio por causa das muitas conversas que tive com pós-graduandas negras, que estão em desespero, frustradas, com medo de que as experiências que estão tendo sejam únicas. Quero que elas saibam que não estão sozinhas, que os problemas que surgem e os obstáculos criados pelo racismo e pelo machismo são reais - realmente machucam -, mas não são insuperáveis. Talvez essas palavras tragam consolo, aumentem a coragem delas e renovem seu espírito (hooks, 2019, p. 136).

Em um cenário de rede pública de ensino superior, no qual as mulheres negras representaram o maior grupo de ingressantes em 2017, falar sobre o tema proposto neste artigo se faz ainda mais necessário. Tal como bell hooks justificou sua escrita sobre o tema - “talvez estas palavras tragam consolo,

3 Instituída em 2012 pela presidente Dilma Rousseff, “Essa norma estabelece que todas as instituições federais de ensino superior (IFES) e ensino técnico de nível médio devem designar metade de suas vagas para egressos de escola pública, entre as quais 50% devem ser para pessoas de baixa renda. Nas vagas reservadas, também deve-se considerar cotas para candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência – estas últimas desde 2016, de acordo com o percentual de cada grupo em cada Unidade da Federação (UF)” (Silva, 2020, p. 7).

aumentem a coragem delas e renovem seus espíritos” (hooks, 2019, p. 36), diante do movimento de ocupação dos espaços acadêmicos no Brasil.

Um cenário que se desenha de maneira promissora rumo à mudança da geografia corporificada (Silva; Ornat; Chimin, 2019) dos espaços de ensino e produção de conhecimento acadêmico. E, embora ainda necessite de um tempo de caminhada para superar a sub-representação da população negra entre o segmento que completou ensino superior, já é possível perceber avanços significativos.

Esse fenômeno recente de acesso intensificado de pessoas negras ao espaço das universidades vem acompanhado do interesse de pesquisadores em analisar o movimento por diversas perspectivas. Em especial na geografia, a partir de pesquisa bibliográfica sobre a questão colocada em pauta, percebemos o uso recorrente da categoria “trajetórias socioespaciais” para abordar o assunto.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a geografia de mulheres negras em espaços de branquitude a partir da universidade. Metodologicamente, o artigo está amparado em uma abordagem “desde dentro”⁴ (Ramos, 2023; Guimarães, 2015), a qual considera que a experiência das pessoas negras em toda a sua amplitude (subjetividades, cultura, espacialidades, ancestralidade, corporeidade...), como sujeito autêntico, é capaz de gerar conhecimento a partir de sua posição no mundo. “Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita” (Kilomba, 2019, p. 27-28). Neste sentido, a escrita aqui apresentada fará confluências (Bispo, 2023) com experiências próprias e com intelectuais negras/negros, em coadjuvâncias com intelectuais brancas. As experiências memoriais e vividas em perspectivas da escrevivência (Evaristo, 2011) foi recurso mobilizado, principalmente em diálogo com bell hooks. De natureza qualitativa e analítica, o artigo conta com uma revisão bibliográfica de autores que estão inseridos neste campo de estudo, a exemplo dos escritos de Cida Bento, Charles Mills, bell hooks, Katherine Mckittrick, entre outros.

“É urgente fazer falar o silêncio” (Bento, 2022, p.24), trecho do livro “O pacto da branquitude”, e título escolhido para as notas introdutórias, foi posto para destacar a necessária chamada da psicóloga e ativista brasileira, Cida Bento. Ela evoca a necessidade de fazer emergir as experiências, lutas e resistências das comunidades negras e indígenas que foram historicamente marginalizadas e silenciadas na história oficial de uma nação. O que aponta para o fundamental reconhecimento e valorização dessas histórias como parte integrante e essencial da história e da memória coletiva.

O Lugar Universidade na Perspectiva da Margem

Em abril de 2023, realizamos um Cine NEAB (do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) em conjunto com o Diretório Acadêmico (DA) de medicina, com o filme *M8*, dirigido por Jeferson De. Os representantes do referido DA nos procuraram para auxiliar no movimento de contestação sobre a utilização apenas de corpos negros nas aulas de anatomia. Propomos realizar o Cine com a condição de nos fazermos presentes no prédio de Ciências Médicas, onde

4 Texto lançado por Guerreiro Ramos, em 1954.

esse cotidiano acontece. Lembro que precisei resolver uma questão de ordem de logística na secretaria do curso, e, quando estava no corredor procurando a sala, aproximou-se uma mulher branca de meia idade me pedindo a chave da sala com todo seu arsenal de prepotência instaurado. Em uma performance provocatória, ignorei o mando e perguntei: “você trabalha aqui? Estou precisando de um material para o evento do auditório”. Com cara de espanto ela me respondeu: “não trabalho aqui, sou professora”. Respondi, logo em seguida: “Sou professora de outro departamento da universidade, sou servidora da universidade e trabalho aqui”. Ela (me) virou com olhar de desdém e saiu. Finalmente encontrei a sala e os meus. Compartilhamos de uma boa conversa, cumprimentamo-nos com alegria de dentro e resolvemos as pendências. É ser professora negra em espaços de branquitude.

Certa vez, na graduação, eu estava participando de um processo seletivo para bolsa de iniciação científica, lembro que era um momento muito difícil, principalmente por não ter como me manter na universidade sem uma bolsa. Minha mãe, empregada doméstica, não tinha condições de me auxiliar financeiramente e pagar as contas de casa. Morava em uma cidade vizinha da cidade em que estudava, tinha que pagar transporte para chegar na aula todos os dias e não havia a possibilidade de trabalhar sem ter que abrir mão dos estudos. A professora responsável pela bolsa concedida, que lecionava em outro curso, mas já me conhecia do movimento estudantil, sabia de todas essas questões e, no período, as bolsas de iniciação eram por indicação, então, garantiu que me indicaria, não só por estar precisando financeiramente, mas por interesse no meu projeto e tema de pesquisa. Quase chegando no final do processo seletivo, com os documentos prontos para serem entregues, fui surpreendida com a ausência frequente da professora, sumiu e não deu justificativas. Fiquei surpresa quando descobri que ela havia indicado outra pessoa para a bolsa, um homem, branco e de classe média, o reflexo do privilégio da nossa sociedade. Essa foi uma das motivações para que eu não permanecesse na universidade. É ser estudante negra em espaços de branquitude.

Quando entramos na temática de pesquisa sobre a situação de mulheres negras nas universidades brasileiras, sabemos que ainda ocorre um movimento de ocupação desses espaços por essas mulheres, tendo em vista o histórico de acesso possibilitado estruturalmente para pessoas brancas.

Historicamente, de maneira geral, as universidades ocidentais têm sido espaços construídos e dominados por e para pessoas brancas, tanto em termos de acesso como de representação em instituições acadêmicas e organizações estudantis (Valério *et al.*, 2021). Como destaca Cida Bento (2022), uma herança colonial escravocrata concreta e simbólica, regida por um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que gera impactos positivos na manutenção de seus privilégios. São lugares da branquitude por excelência.

Em "O pacto da branquitude", Cida Bento (2022) examina como as pessoas brancas são mantidas e preservadas socialmente no Brasil. Ela argumenta que o racismo não está em exclusividade como problemática para pessoas racializadas, como pessoas negras e povos indígenas, mas também para pessoas brancas, pois ele é encorajado e perpetuado por todos aqueles que se

beneficiam do privilégio branco.

A expressão "pacto" denota um entendimento implícito entre pessoas brancas, de forma consciente ou não, visando preservar e defender seus privilégios sociais (e por que não espaciais?), frequentemente em detrimento das pessoas não-brancas. Esse acordo pode ser observado de diversas formas, desde a propagação de estereótipos racistas até a preservação de sistemas institucionais que beneficiam os brancos em prejuízo dos não-brancos.

Essa supremacia branca, conceituada por Charles Mills como “sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje” (Mills, 2023, p. 19), não é apenas o resultado de questões socioeconômicas, mas é também influenciada por estruturas institucionais e culturais que favorecem os brancos em detrimento dos negros, indígenas e não-brancos.

Inquieto com o campo disciplinar da filosofia, ao analisar as teorias da filosofia política branca eurocentradas, o filósofo estadunidense Charles Mills lançou a ideia de contrato racial, para entender a sociedade e o governo associados ao fenômeno do racismo, situação analítica não encontrada facilmente nos postulados da filosofia ocidental majoritariamente branca. Ele assume como pressupostos de sua teorização as seguintes afirmações:

a afirmação existencial - a supremacia branca, tanto local quanto global, existe e tem existido por muitos anos; a afirmação conceitual - a supremacia branca deve ser ela mesma pensada como um sistema político; a afirmação metodológica - enquanto sistema político, a supremacia branca pode, de forma esclarecedora, ser teorizada como baseada em um contrato entre brancos, em um contrato racial (Mills, 2023, p 40).

Mills apresenta em seu livro dez teses acerca deste contrato brancocentrado, dentre as quais o espaço foi eleito como uma das teses. Assim, o “contrato racial normatiza (e racializa) o espaço, demarcando espaços civis e selvagens” (Mills, 2023, p 79). Considerando a Europa como *locus* da aplicação do contrato social e o fora da Europa como *locus* do contrato racial⁵, ele considera que a ligação entre o espaço e a raça e a raça e a personalidade apresenta duas dimensões principais para o entendimento dessa normatização: epistemológica e moral⁶. Segundo Mills, a dimensão epistemológica carrega a tônica do conhecimento ao conhecedor branco europeu/espaço atrelado ao europeu (ou de intervenção europeia), neste sentido, espaços não-brancos estão fadados à prisão cognitiva da “ignorância e superstição”. Em se tratando de contexto histórico de território colonizado, cuja conjuntura espacial de lugares de poder, como a universidade, foi produzida por e para a criação e manutenção do contrato racial, é explicável o processo político-normativo⁷ de

5 Em uma perspectiva histórico colonial em escala global.

6 A dimensão moral está atrelada às questões do vício e da virtude espacializados. Mills destaca uma cartografia moral no nível macro, em suas palavras: “o espaço não europeu é, então, demonizado de uma forma que implica a necessidade de europeização para que a redenção moral seja possível” (Mills, 2023, p 84).

7 Ver livro de Livia Sant'Anna Vaz e Chiara Ramos, por título "A justiça é uma mulher negra".

dificultar a entrada e permanência de não-brancos, no espaço de produção de conhecimento científico.

Para Mills, a normatização do espaço está atrelada ao processo de racialização do mesmo, bem como a normatização do indivíduo passa pela sua espacialização, o que gera um efeito simbiótico de racialização entre indivíduos e espaços. “Você é o que é em parte porque tem origem em um certo tipo de espaço, e esse espaço tem suas propriedades em parte porque é habitado por criaturas como você” (Mills, 2023, p. 80).

Ora, em uma perspectiva histórica de consolidação das universidades na era iluminista europeia, sob a alcunha do espaço do “conhecimento verdadeiro”, “universal” e “civilizado/civilizatório”, quem o ocupa historicamente (os brancos) também se caracteriza como os próprios sujeitos cognoscentes. Aí temos um mito criado. E, diante do contrato racial, temos a conformação discursiva com efeitos objetivos de história única⁸ e/ou única narrativa espacial, um discurso construído em prol da manutenção e perpetuação do sistema político supremacista branco. Segundo Doreen Massey (2015), ao analisar o movimento espacial de longa história colonial atlântica, temos aí instaurado a obliteração das multiplicidades e heterogeneidades contemporâneas do espaço.

Como empreitada do protagonista mor: “macho branco heterossexual” (Massey, 2015) colonizador, o caminho da única narrativa espacial atrelada às imaginações hegemônicas de espaço, desembocam em uma perspectiva do “espaço em branco”, para Massey (2015). Neste sentido, a política espacial da “plantation”⁹ se concretiza e produz “geografias raciais desiguais e duradouras” (McKittrick, 2021).

Narrativas, histórias, trajetórias são todas suprimidas na emergência da ciência como escritura do mundo. E esse processo de escritura, mais geralmente, de fazer marca no espaço em branco de uma página, é que remove o dinamismo da ‘vida real’ (Massey, 2015, p. 50).

A imaginação espacial do papel em branco, como aponta Doreen Massey, objetivamente, leva a uma “branquificação espacial”, forçando a constituição do espaço monotético (Santos, 2015), característico da lógica de autoficção, da autocontemplação e do enclausuramento (Mbembe, 2018). Assim, de maneira geral, a universidade ocidental como uma instituição de ensino superior tem servido aos propósitos narcisistas da supremacia branca, situação a qual leva bell hooks a destacar, desde os anos 1980, a não neutralidade da educação. Currículos/referências bibliográficas brancas (quem se lê?), temáticas abordadas brancas (quais as pautas eleitas para estudo?), perspectivas brancas e androcêntricas sobre o mundo (que teorias são valorizadas?), paisagem corporificada branca (quais corporeidades compõem esse espaço?), salas de aulas ocupadas por brancos (quais as corporeidades dos docentes e discentes?),

8 ver ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

9 Sobre o assunto ver Sidney Mintz, em “O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados”; e Grada Kilomba, em “Memórias da Plantação”.

laboratórios e salas de estudos ocupados por brancos (quem pesquisa?), corredores e pátios permeados por fluxos e aglutinações brancos (quem caminha e participa do fluxo?), performances e códigos culturais brancos (qual a etiqueta “permitida”?), normatização do privilégio em resoluções e regras institucionais (quem participa do privilégio?).

Nas diferentes escalas espaciais, desde os Estados-nação americanos aos espaços de ensino superior, o regime da plantation reverbera nos tempos/espaços de hoje o acumulado de pouco mais de meio milênio de escravização racializada atlântica. Ao abordar o tema, Katherine Mckittrick (2021), preocupada em pensar o futuro da “plantação”¹⁰, contextualiza

A tese da plantação revela o funcionamento entrelaçado da modernidade e da negritude, que culminam em geografias raciais desiguais e duradouras, ao mesmo tempo em que centraliza que a ideia de plantação é migratória. Assim, na agricultura, nas práticas financeiras e na mineração, no comércio e no turismo, e em outros espaços coloniais e pós-coloniais — a prisão, a cidade, o resort — uma lógica de plantação característica (mas não idêntica) da escravidão emerge no presente tanto ideológica quanto materialmente. Com isso, modos diferenciais de sobrevivência emergem — criouliização, o blues, marronagem, revolução e muito mais — revelando que a plantação, em contextos escravistas e pós-escravistas, deve ser entendida juntamente com negociações complexas de tempo, espaço e terror (Mckittrick, 2021, p. 10).

A perspectiva da negociação e de modos diferenciais de sobrevivência nos abrem amplas janelas analíticas para compreender a universidade como lugar a ser disputado e ocupado por pessoas não-brancas, mesmo que tenhamos forças contrárias. Em um caminho analítico sagaz, é reconhecido o instrumental de dominação como o pacto narcisístico da branquitude (Bento, 2022), o contrato racial (Mills, 2023), o regime de *plantation*/plantação e geografias raciais desiguais e duradouras (Mckittrick, 2021), como também permite “perceber que o direito de ser humano carrega consigo uma história de encontros raciais e práticas inovadoras da diáspora negra que, de fato, espacializam atos de sobrevivência” (Mckittrick, 2021, p. 7).

Ao pular a fogueira do perigo da história única (Adichie, 2019), consideramos o espaço um modelo de sistemas de objetos e ações como um modelo espaço-temporal, tal como escreveu Milton Santos (1996). Para o referido intelectual, neste modelo, destacam-se o eixo das sucessões, um acontecer social que distingue períodos diferentes, e o eixo das coexistências, um viver comum de cada instante a partir do acontecer concomitante, embora

10 Foi opção dos tradutores utilizar o termo traduzido, como segue nota explicativa: “A palavra inglesa *plantation*, quando em textos em português, ora é traduzida por *plantação* ora mantida no original. Nesta tradução, optamos por utilizar o termo *plantação*, que aparece no texto com uma fonte distinta. Essa também foi a opção utilizada por Jess Oliveira, tradutora de *Memórias da Plantação* de Grada Kilomba e por Sebastião Nascimento, tradutor de *Brutalismo* de Achille Mbembe. Ademais, o termo *plantação* foi utilizado por Jota Mombaça no ensaio *A Plantação Cognitiva*. Ao utilizá-lo, nosso intuito é incidir na ampliação do campo semântico dessa palavra no português, buscando associá-la também aos modos de produção escravistas” (Mckittrick, 2021, p. 3).

carregando as particularidades de cada lugar com tempos sociais diferentes. Uma concomitância na diferença.

Em consonância com a perspectiva de espaço a partir do “coexistir”, Doreen Massey baseou sua tese de política do espaço. Para ela,

Se o espaço é, sem dúvida, uma simultaneidade de histórias-até-então, lugares são, portanto, coleções dessas histórias, articulações dentro das mais amplas geometrias de poder. Seu caráter será um produto dessas interseções, dentro desse cenário mais amplo, e aquilo que delas é feito. Mas também dos não-encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões. Tudo isso contribui para a especificidade do lugar (Massey, 2015, p. 190).

Por essa perspectiva da Doreen Massey, segue-se no caminho “do mundo tal como ele é”, permanentemente instável e em aberto no acontecer solidário (Santos, 1996; 2000). O que nos abre a possibilidade de pensar a universidade em suas especificidades de lugar, como uma coleção de histórias no plano das coexistências. É possível explorar muitos aspectos importantes acerca dessa categoria, como, entender que o lugar não se limita aos locais físicos, mas traz também a ideia de elementos culturais, sociais e simbólicos, do imaginário, e que contribuem para a construção identitária individual e coletiva dos sujeitos. É tratar sobre geometrias de poder e, ao mesmo tempo, tratar das aberturas de “histórias-até-então”, como destaca Doreen Massey. Aqui não se escamoteia a presença de alguns, pelo contrário, é estabelecida uma posição radical rumo a uma “política da localização”, tratada por bell hooks em texto sobre a margem como um espaço de abertura radical.

Para bell hooks, as políticas de localização “convocam aqueles de nós que poderiam participar da formação de práticas culturais contra-hegemônicas a identificar os espaços nos quais damos início ao processo de revisão” (hooks, 2019, p. 281). Esses espaços seriam a linguagem (política de articulação), a memória (politização da memória, rememoração de trajetórias), criação de espaços dentro da cultura de dominação - espaços de abertura radical (uma margem, comunidade de resistência), a margem como espaço de possibilidade radical e espaço de resistências.

Os espaços podem ser reais e imaginários. Os espaços podem contar histórias e desvendar histórias. Os espaços podem ser descontinuados, apropriados e transformados através da prática artística e literária. Como observa Pratibha Parmar, ‘a apropriação e o uso do espaço são atos políticos’ (hooks, 2019, p. 294).

Para bell hooks (2019), a margem significa fazer parte do todo, mas fora do corpo principal. Baseada em sua trajetória de vida, na qual morou na periferia de uma pequena cidade do Kentucky, onde os trilhos da ferrovia separavam a parte da cidade dotada de toda infraestrutura possível para o bem-estar dos brancos e a parte da cidade morada das pessoas negras abstraída da materialidade básica para a vida em conforto. Segunda ela, as pessoas negras podiam entrar no espaço dos brancos para trabalhar e prestar serviços, mas não podiam viver nele. Dessa maneira, vivendo nas bordas, as pessoas negras

entendiam do centro e das margens. Uma compreensão de mundo desenvolvida a partir da experiência vivida e da luta cotidiana. Para a autora citada, “essa marginalidade oferece a uma pessoa a possibilidade de ter uma perspectiva radical a partir da qual possa ver e criar, imaginar alternativas, novos mundos” (hooks, 2019, p. 289).

bell hooks teorizou sobre a experiência negra em espaços de branquitude, como as universidades estadunidenses, desde sua própria experiência acadêmica/ensino, desde os anos 1970, como a de suas alunas e da comunidade negra de modo geral, dos anos 1980 aos anos 2000. Escritos que nos fazem imaginar e tecer considerações sobre as experiências negras em universidades do Brasil dos anos 2000, momento de amplificação de corpos e vozes negras nesses espaços: negociações, deslocamentos de imagens, mudança da paisagem corporificada, um sobrevir de pautas acadêmicas afrocentradas deslocadas do “eu-branco”, ocupação do espaço. As lentes se ajustam para seguirmos o escrito no caminho das confluências onde emergem compartilhamentos, como nos ensina Nego Bispo (2023) desde sua perspectiva contracolonial.

Nos Lugares da Branquitude: O Cotidiano Transborda Trajetórias Socioespaciais de Mulheres Negras

Ao escrever sobre as geografias das mulheres negras, Katherine Mckittrick (2006) ressalta a perspectiva de se pensar, em contraponto às geografias de dominação, em geografias inter-humanas complexas. Desta maneira, ao se basear e exigir um envolvimento com espaços quotidianos de negritude, ocorre produção comunicativa sobre geografias negras “imaginativas e materiais”, “críticas das desigualdades espaciais”, “evidências de lutas geopolíticas” e “demonstrativas de alternativas geográficas reais e possíveis”, segundo a autora. McKittrick considera que há o tensionamento na interação entre as geografias da dominação e as geografias das mulheres negras, mas não se encaixota no tensionamento em si ao abrir para o devir não conclusivo e nem completo, considerando o entrelaçamento com “linguagens, atos, expressões e experiências estratégicas e significativas.”

As geografias e poéticas das mulheres negras desafiam-nos a permanecermos humanas, invocando como os espaços e lugares negros são parte integrante das nossas histórias geográficas planetárias e locais e, como a questão das diferenças humanas visíveis coloca exigências espaciais e filosóficas à geografia. Estas exigências situam a luta entre as geografias das mulheres negras e a dominação geográfica, sugerindo que geografias mais humanamente viáveis estão continuamente a ser vividas, expressas e imaginadas. E permanecer humano, sugerem estas lutas, oferece um ponto de entrada diferente na geografia humana: um ponto de entrada que reconhece a alterabilidade da humanidade, do espaço e do lugar, e que transmite a compreensão de que esta alterabilidade é um caminho para novas práticas geográficas (Mckittrick, 2006, p.146)¹¹.

Aí entendemos que reside a "Força do Lugar", um capítulo situado ao final

do livro "A Natureza do Espaço", no qual Milton Santos se dedica à reflexão sobre o lugar como plano dos acontecimentos, proximidade, vizinhança, cotidiano. É aqui que a vida se faz (razão, emoção e corporeidades), o espaço banal, considerado por ele como a dimensão do geógrafo que queira compreender mais profundamente o espaço.

Em termos analíticos, ao considerarmos o ambiente universitário um espaço banal, deliberadamente trazemos à baila a força do lugar, marcado por uma geografia inter-humana complexa, *locus* da coexistência e do cotidiano. Materialidade e subjetividades operando como lugares de encontro e interação entre diferentes grupos e comunidades, onde são construídas as relações de poder, de inclusão ou exclusão de determinados grupos. Encontros de “estórias-até-então”, entrecruzando trajetórias. Neste sentido, o espaço está em aberto, o lugar universidade está em aberto compondo diferentes trajetórias raciais. Aqui, o mito da universidade como espaço por direito dos sujeitos cognoscentes brancos vem abaixo.

O contexto político propício para a universidade abarcar diferentes trajetórias, principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000, época de implementação de cotas para ingresso de pessoas negras e indígenas nas universidades brasileiras, desembocou no interesse de pesquisadores em estudar o movimento em questão. Ao analisarmos o Catálogo de teses e dissertações da Capes¹², utilizando o marcador de busca “estudantes negros universidade”, obtivemos como resultado 122 registros¹³ de defesas, sendo 81 dissertações de mestrado e 28 teses de doutorado, havendo pico de defesas nos anos de 2008 (11 defesas), 2009 (12 defesas) e 2012 (14 defesas)¹⁴. A área do conhecimento que se destaca com maior predominância de estudos é a educação, mas também encontramos registros na área de psicologia, antropologia, sociologia, serviço social, geografia, história, direito e administração. A partir da análise dos títulos das teses e dissertações, observamos as seguintes categorias utilizadas para compreender a experiência negra em instituições de ensino superior: trajetórias socioespaciais, histórias de vida, cotidiano, identidade, escrevivência, trajetória acadêmica, trajetória

11 Tradução nossa. Segue o texto no original: “Black women’s geographies and poetics challenge us to stay human by invoking how black spaces and places are integral to our planetary and local geographic stories and how the question of seeable human differences puts spatial and philosophical demands on geography. These demands site the struggle between black women’s geographies and geographic domination, suggesting that more humanly workable geographies are continually being lived, expressed, and imagined. And staying human, these struggles suggest, offers a different entry point into human geography: one that recognizes the alterability of humanness, space, and place, and one that imparts the understanding that this alterability is a pathway into new geographic practices” (Mckittrick, 2006, p.146).

12 Consulta realizada em maio de 2024.

13 Foram retirados os registros com desvio de temática, totalizando 34 registros que não versaram sobre o tema da busca.

14 Os anos de defesa variaram no período de 1993 a 2023, embora nos anos 1990 só constou com um registro em 1993 da dissertação escrita por Neiva de Oliveira Moro, por título “Um estudo sobre o universitário do anual de 1990 da Universidade Estadual de Ponta Grossa: carreiras educacionais e raça”, desenvolvida no Mestrado em Educação (Psicologia da Educação), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

universitária, trajetória de vida, vivência universitária, estratégias de permanência, projeto de vida, corporeidade. Diante dessas categorias, vemos a importância da proximidade, do cotidiano e do lugar percebidos por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como fundamentais para saber da experiência negra na universidade, especialmente no contexto das políticas de ação afirmativas.

Em termos da área de conhecimento geografia, segundo a classificação da Capes, constatamos 4 trabalhos (3 de mestrados e 1 de doutorado) que utilizaram a categoria de análise “trajetória socioespacial”¹⁵ para tratar da experiência negra em universidades. Ampliando a busca, no catálogo de teses e dissertações da Capes, pela utilização do termo “trajetória socioespacial”, para além da experiência negra em universidades, obtivemos como resultado o quantitativo de 30 estudos, realizados em mestrados e doutorados em geografia, serviço social, urbanismo, arquitetura e urbanismo, estudos de lazer e estudos em cultura e território. De todas estas áreas, a geografia abarca 70% da produção com 21 estudos, sendo 4 teses e 17 dissertações, defendidas entre 2007 e 2023. São produções que versam, principalmente, sobre questões relacionadas aos sujeitos/espacos negros e indígenas, o que nos aponta para a importância de se entender as espacialidades das pessoas racializadas a partir de suas trajetórias.

Segundo Doreen Massey (2015, p. 33), “trajetória é um termo presente em debates sobre representação, que tiveram influências importantes e duradouras nos conceitos de espaço e tempo”. Para a autora, o importante seria trazer para o cerne do debate a questão do movimento, mudança e multiplicidade de movimentos ocorrendo simultaneamente, de modo coetâneo, uma maneira de não obliterar sujeitos e não tornar a maneira de estar no mundo como algo estático e naturalizado.

Na dissertação de Diogo Cirqueira (2010), uma das primeiras a trabalhar com a perspectiva de trajetórias socioespaciais, de acordo com o catálogo da Capes, temos a seguinte definição:

Em linhas gerais, trajetórias socioespaciais envolve a história de vida dos indivíduos, suas experiências dentro de uma temporalidade e uma espacialidade que não possuem uma constituição linear ou contínua. A importância da espacialidade se faz na medida em que as experiências não se dão no nada e, muitas das vezes, os lugares demarcam momentos e limites dessas trajetórias, firmando como referências experienciais simbólicas e materiais para os indivíduos (Cirqueira,

15 Ao utilizarmos o marcador de busca “trajetórias socioespaciais” no Catálogo de teses e dissertações da Capes, em maio de 2024, área de conhecimento geografia, encontramos os seguintes registros sobre a experiência de pessoas negras em universidades: pioneira no uso do conceito em trabalho de pós-graduação, aparecendo como primeiro registro temos a dissertação de Lorena F. de Souza, 2007, “Corpos negros femininos em movimento: trajetória socioespaciais de professoras negras em escolas públicas”; dissertação de Mariza Fernandes dos Santos, 2016, “Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás”; dissertação de Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo, 2019, “As trajetórias socioespaciais de professoras negras do ensino de geografia das universidades públicas brasileiras”; tese de Mariza Fernandes dos Santos, 2021, “A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018)”.

2010, p. 43).

O autor citado constrói uma narrativa conceitual acerca do termo “trajetórias socioespaciais”, discorrendo que elas possuem uma dimensão de espaço e tempo, pois mostram que os sujeitos perpassam por muitos lugares no decorrer de suas existências (Cirqueira, 2008). Assim, experiências, significações, interpretações e construções são criadas a partir desses lugares, que apesar de serem vivências únicas para cada sujeito, há aspectos que as tornam também coletivas, pois são histórias de vidas interseccionadas por caminhos que se entrecruzam. No caso das mulheres negras e universitárias, ao mesmo tempo que estão em confluência de trajetórias, cada uma carrega suas singularidades e subjetividades.

Assim como Cirqueira (2008; 2010), citado no trecho acima, Souza (2007, p.50) também contribui com a sua ressalva sobre as trajetórias socioespaciais, definindo que elas produzem um movimento temporal no espaço, formulando, a partir de lugares percorridos, as visões e percepções de mundo dos indivíduos, refletindo os lugares como partes essenciais das trajetórias. Em uma linha contínua de um raciocínio acerca da conceituação do termo “trajetórias socioespaciais”, Santos e Ratts (2015, p. 646) as entendem como “deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos entre espaços - bairros, cidades, regiões, países - que fazem a diferença na sua situação social”. Ou seja, o termo é entendido como parte que compõe as vivências e experiências espaciais dos indivíduos em sociedade, seja individualmente ou no coletivo.

Entre geografias de dominação e geografias inter-humanas complexas, no contexto das mulheres negras, a análise da trajetória socioespacial em espaços de branquitude é particularmente importante devido às possibilidades que estão postas e em curso. Neste caso, reconhecemos a alterabilidade humana, espacial e do lugar (Mckittrick, 2006). Ao abordar essas trajetórias, trazemos à tona experiências e agências comuns à corporeidade negra. Joseli Maria (2010) considera como as relações de poder, hierarquia e dominação se manifestam no corpo e influenciam a forma como ele é percebido, valorizado e controlado pela sociedade.

Katherine Mckittrick, em *Demonic Grounds* (2006), pensou os sujeitos negros em relação ao navio no contexto da escravidão atlântica sob uma frente dupla: i. material e ideologicamente, “objetos econômicos dentro e muitas vezes presos às paredes do navio”; ii. uma geografia de oposição: “local de subjetividade negra e terror humano, de resistência negra e, em alguns casos, de posse negra”. Em uma perspectiva de continuidade histórica trazida por Beatriz Nascimento, o espaço-navio-tumbeiro segue o curso concatenado historicamente e socialmente a diversos outros espaços-tumbeiros, como a universidade. Em conversas com professores e estudantes, já escutamos algumas vezes a frase “a universidade é lugar de moer gente”, é o navio. Em diversas salas e auditórios, participamos de bancas de trabalho de conclusão de curso de graduação e de pós-graduação emocionadas ao apreciarmos pesquisas e conhecimentos gerados por pessoas negras em movimento poderoso de inflexão temática e epistemológica, em uma geografia de oposição, é o navio.

Temos a geografia de oposição, mas queremos também trazer a ideia da

geografia de posição. A posição de mulheres negras no mundo engendra política de localização (hooks, 2019) e, nos lugares da branquitude: o cotidiano transborda trajetórias socioespaciais de mulheres negras.

Mulheres Negras nas Universidades? É Possível Construir (Re)Imaginações Geográficas e Novas Paisagens Corporificadas

Com poucos meses de minha entrada na universidade, em uma tarde de trabalho no gabinete, três estudantes representantes do Coletivo Georaça bateram na porta para me convidar a participar do acolhimento de calouros. Lembro da seguinte fala: “professora, como a senhora é uma professora negra, gostaríamos de ter sua presença no acolhimento dos calouros”. Foram palavras que ressoaram por um bom tempo: sou uma professora negra, sou uma professora negra. Talvez eles nem se deram conta da profundidade desse gesto que aqueceu meu coração e me trouxe um bem-estar, impulsionou-me na caminhada acadêmica. Em espaço de branquitude, muitas vezes somos poucas no lugar, estamos sozinhas. Estar junto é muito bom. Na escuta das mais velhas, bell hooks nos ensina que escolher o “bem-estar” é um ato de resistência política. É ser professora negra em espaços de branquitude.

Ao analisar as trajetórias socioespaciais das mulheres negras, percebe-se que elas são capazes de ultrapassar as barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo em diversos espaços e camadas, incluindo o ambiente universitário. E isso envolve as diversas formas estratégicas construídas por elas ao longo de suas vivências, na forma como lidam e resistem a um sistema que é sexista e racista, tanto no individual como no coletivo. Como mencionado anteriormente, é a margem como espaço de possibilidade radical e espaço de resistência.

A mulher negra brasileira, na situação que se encontra atualmente, é enxergada como fruto da colonização que ainda perdura, apesar de se apresentar em outros padrões. É o que nos diz bell hooks (1995, p. 468), no texto "Intelectuais Negras", “o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra, que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta, principalmente, para servir aos outros”.

No período da colonização brasileira, o trabalho já era comum na vida de mulheres negras, mas se restringia ao trabalho em lavouras, afazeres domésticos, bem-estar da “sinhá” como ama ou mãe preta de seus filhos. Porém, como bem destacam Souza e Ratts (2006, p.2), é possível associar as atividades exercidas por mulheres negras daquela época com as que elas exercem no mercado de trabalho atual, fazendo uma forte analogia entre as funções. Neste sentido, tornou-se “comum reproduzir a ideia de que a cozinha e trabalho doméstico são espaços sociais por excelência da mulher negra” (Souza; Ratts, 2006, p.2), o que também reforça a falta de comprometimento da sociedade com a sua escolarização, fortalecendo a ideia de que “a situação de precariedade vivenciada, de modo geral, pelas mulheres negras sempre foi um impedimento ao avanço da sua escolarização” (Queiroz; Santos, 2016, p.73). As perspectivas das intelectuais negras sempre foram marginalizadas, tanto na academia, como na sociedade em geral, “na verdade, dentro do

patriarcado capitalista supremacista branco, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio um lugar interdito” (hooks, 1995, p. 468).

Nesse sentido, Lélia Gonzalez (1984) reflete sobre a situação da mulher negra na sociedade brasileira, onde percebemos uma articulação bem elaborada entre o racismo e o sexismo, produzindo efeitos em particular em suas vidas. Ela diz que o lugar em que nos situamos é o que vai determinar nossa noção e interpretação sobre o “duplo fenômeno do racismo e sexismo” (Gonzalez, 1984, p.224), trazendo a urgência de mudança sobre a noção do que é ser mulher negra na sociedade brasileira, historicamente construída com base nas noções de mulata, doméstica e mãe preta, segundo a autora citada. Aqui reivindicamos uma determinada atenção acerca da situação da mulher negra na sociedade em espaços como os da universidade, o que ainda requer um desafio.

Para além da ideia de que a mulher negra existe somente para o serviço de cozinha e trabalhos domésticos no geral, destaca-se também a objetificação e sexualização que esses corpos femininos negros são submetidos, estreitando ainda mais o afastamento desses sujeitos do ato de pensar e produzir ciência, como bem fala bell hooks:

o fato da mulher negra culturalmente não ser ligada ao ato de pensar, de produzir ciência; estão ligadas à objetificação e sexualização do corpo, o que faz com que [...] sejamos vistas como intrusas para colegas de perspectivas estreitas’. Desse modo, faz-se correlação desse não lugar da mulher negra na ciência, na produção de conhecimento, com os aspectos culturalmente construídos sobre o seu papel social. Como resquícios do período escravocrata, o senso comum, até os dias atuais, aprisiona e associa as mulheres negras aos trabalhos domésticos, aos serviços da casa grande e aos serviços sexuais (hooks, 1995, p. 468).

Considerando que alguns espaços se configuram como “acolhedores da sociedade branca” (Souza; Ratts, 2006), trazendo desvantagem à população negra, é possível perceber que, a partir das relações sociais, constrói-se uma determinada dimensão espacial, reforçando o contrato racial da branquitude. O que fazer diante desse cenário rumo a re-imaginações geográficas e mudanças na paisagem corporificada? Trazemos o cotidiano como chave interpretativa e como fato. Ao refletir sobre a geografia cidadã a partir da epistemologia das existências, Milton Santos (1996, p. 10) nos traz as seguintes palavras:

O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe. É que a base do fato é que cada um de nós são dois, oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser, entre a dificuldade de afirmação diante das situações e a crença de que

podemos ser outra coisa e de que podemos construir outra coisa. Esse duplo homem e esse duplo cotidiano nos remetem de volta às relações de corporeidade, individualidade, socialidade e espacialidade (Santos, 1996, p. 10).

O cotidiano nos aponta para a construção da imaginação geográfica que comporta mulheres negras ocupando e produzindo espaços de produção de conhecimento acadêmico. O cotidiano mostra mulheres negras regendo salas de aula, orientando estudantes nos gabinetes, compondo mesas de eventos... O cotidiano está em curso através da vida, das mulheres negras vivendo (corporeidade, individualidade, socialidade e espacialidade), em uma epistemologia da existência. Neste sentido Milton Santos sugere “a reconstrução do método através da vida.” A escrita no gerúndio nos indica que o movimento está em curso, não finalizado, aberto para construção de “outra coisa”.

Reimaginar geografias de mulheres negras em espaços como a universidade requer deslocamentos analíticos para ver o que de fato está sendo (e poderá ser) e contrariar o que se quer manter. No plano das imaginações geográficas e no emergir de paisagens corporificadas, subjetividades-objetividades operam realidades possíveis. Ter olhos pra ver o movimento afeta o senso de estar e ser no espaço, afeta o modo como entendemos os posicionamentos e queremos nos posicionar, afeta a escrita sobre o assunto.

Considerações Finais: Ao Contrariar o Status Quo Emergem Espaços de Abertura Radical

Em seminário promovido pelo GEMA/UFPE, em 2023, sob o título “Desafios da permanência na vida acadêmica e impactos do racismo na saúde mental de estudantes negros universitários”, Cida Bento encerrou sua fala tratando sobre o cuidado que nós negras/negros precisamos ter em espaços de branquitude. Seu conselho foi para buscarmos espaços de acolhimento, estarmos juntas, em aquilombamento. Lemos isso como estratégia de vivenciar o bem-estar. “Escolher o bem-estar é um ato de resistência política.”, segundo bell hooks (2023, p. 21).

Em um movimento da política de localização indicada por bell hooks, entendemos o recado de Cida Bento para criarmos espaços dentro da cultura de dominação. É quando temos as salas dos NEABs, dos Coletivos de Estudantes Negros, dos Grupos de pesquisas afrocentrados. Espaços de abertura radical com base em valores culturais afrocentrados, comunidade de resistência. Para bell hooks seria a margem como espaço de possibilidade radical e espaço de resistência.

A caminhada por espaços de branquitude como a universidade, nos convoca para uma geografia de posição, a qual se fortalece a partir de nossas trajetórias socioespaciais afrocentradas. É “tirar os poderes das profundezas”, como nos ensina bell hooks ao narrar sobre seus aprendizados e formulações teóricas a partir da vida e do Grupo de Apoio Irmãs do Inhamé, voltado para mulheres negras em espaços acadêmicos. Também convoca para a elaboração (já em curso) da universidade no plano das coexistências, pois partimos de um lugar

cosmológico que valoriza a copresença. É sobre espaços de abertura radical.

Milton Santos, em sua experiência como homem negro no Brasil e na universidade branca, teorizou sobre espaço a partir das coexistência. É sobre espaços de abertura radical.

Geografias mais humanamente viáveis estão continuamente a ser vividas, expressas e imaginadas, segundo Katherine Mcittrik ao propor as geografias inter-humanas complexas. É sobre espaços de abertura radical.

Para pessoas negras, pensar e vivenciar o cotidiano na/da universidade é contrariar o *status quo*. É sobre espaços de abertura radical.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAMPOS, M. P. de; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. ‘Teu corpo é o espaço mais teu possível’: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista Da ANPEGE**, v. 16, v. 31, p. 101-114, 2021.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Trajetórias socioespaciais de estudantes negras e negros da Universidade Federal de Goiás**. 2008. 77 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. “Até onde vai...”: trajetória socioespacial de estudantes negros e negras da UFG. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA 12, 2009, Montevideo, Uruguay. **Anais [...]** Montevideo: EGAL, 2009.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. **Revista: Estudos Feministas**. Salvador-Bahia, 2002.

EVARISTO, Conceição. Literatura e educação segundo uma perspectiva afro-brasileira. In: EVARISTO, C.; SILVA, D. (Org.). **Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiros, africano e da diáspora africana**. Frederico Westphalen: URI, 2011, p. 45-54.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: Olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo** – projeto patrimonial. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, n. 3, v. 2, p. 464-478. 1995.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo, Elefante, 2019.

hooks, bell. **Irmãs do Inhamé: mulheres negras e autorrecuperação**. Tradução de floresta. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCKITTRICK, Katherine. **Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MCKITTRICK, Katherine. **Futuros da Plantação**. Tradução de Bru Pereira, Lucas Maciel e Janaína Tatim. América Latina: Fecundações Cruzadas, 2021.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Tradução de Teófilo Reis, Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MILLS, Charles W. Ignorância branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.413-438, jun. 2018.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade** [online]. v. 25, n. 45, p.71-87, 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O negro desde dentro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou: A questão etno-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos (1949-73)**. BARBOSA, Muryatan S. (Org.). 1 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RATTS, Alecsandro JP. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.

In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27, 2003, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**. Modos e Significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In:* GERNER, Júlio (Org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p. 133-144

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTS, Alex. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas. **Educere et Educare**, n. 20, p. 641-652, Cascavel, 2015.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Texto para Discussão (TD) 2569, Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: Desafios às práticas investigativas. **Espaço E Cultura**, v. 27, p. 37-54, 2010.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio; CHIMIN Junior, Alides Baptista. O Legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, p. 63-77, 2019.

SOUZA, L. F.; RATTS, Alecsandro J P. Gênero, raça, educação e ascensão social: as professoras negras e suas trajetórias socioespaciais. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL TRABALHO E GÊNERO, 2006, **Anais [...]** Goiânia, 2006.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetória socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SOUZA, Lorena Francisco. De; RATTS, Alexsandro J. P. Espaço, cultura e poder: gênero e raça em análise na geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 1, p. 107-120, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

VALÉRIO, A. C. O., BEZERRA, W. C., SANTOS, V. S., LEITE JUNIOR, J. D., FARIAS, M. N.; SANTOS, S. M. B. Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, n. 29, 2021.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Priscila Batista Vasconcelos: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação, revisão e edição).

Susana Dainara Terto de Oliveira: Conceituação, Análise Formal, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 30 de junho de 2024.

Aceito em 06 de março de 2025.

Priscila Batista Vasconcelos, Susana Dainara Terto de Oliveira

